

Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional

Parecer n.º 10 /2020

Realização de Conselhos em tempo de pandemia

1. DO PEDIDO E DO OBJETO.

Tendo sido solicitado ao CFJN, em conformidade com a competência que nos é conferida pela alínea d) do n.º 1 do art.º 39.º do Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, a emissão de parecer sobre – considerando o tempo de pandemia que estamos a viver - as seguintes questões:

- a) No caso de se apresentarem mais conselheiros que a capacidade autorizada pelas autoridades de saúde, deve a mesa do Conselho impedir a sua participação ou reagendar a realização do Conselho para outro local?
- b) É legítimo impor aos conselheiros a inscrição prévia para a participação em Conselhos?
- c) É legítimo limitar, por via da limitação do número de pré-inscritos, os participantes num Conselho?
- d) No caso de se apresentarem para participar no conselho, conselheiros não pré-inscritos para participação, deve a mesa do Conselho impedir tais conselheiros de participar?

2. DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL E JURISDICIONAL NACIONAL

Dispõe a alínea d) do n.º 1 do art.º 39.º do Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português, que compete ao Conselho Fiscal Nacional dar parecer sobre a interpretação e a aplicação de questões de matriz regulamentar e estatutária.



No caso vertente, a análise das questões que acima enunciámos e que nos foram dirigidas centram-se em conhecer as regras sobre a marcação e a realização dos conselhos (de núcleo, regionais e nacionais). Estas questões exigem o estudo/interpretação de normas constantes no Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, pelo que se encontram na esfera de competência acima referida.

3. DISCUSSÃO.

Antes de entrarmos na análise das concretas questões que nos foram dirigidas pelo Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional de Lisboa, cumpre, como questão prévia, afirmar que tais questões têm subjacente o modo de realização dos Conselhos – questão que, aliás, se tem colocado em diversas regiões e níveis da nossa Associação – razão pela qual abordaremos tal temática, até porque convém esclarecer toda a Associação sobre as regras de funcionamento dos conselhos nas circunstâncias em que vivemos.

Deste modo, emitiremos um parecer mais amplo que melhor responda ao atual momento que a nossa Associação atravessa.

Os Estatutos e o Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas não preveem a realização de Conselhos – em que qualquer um dos quatro níveis – que não sejam presenciais, imposição que se compreende e aceita, não só pelas dificuldades e pelo custo financeiro da tecnologia inerente à realização de conselhos por via digital, mas, especialmente, porque o escutismo vive-se na partilha dos irmãos escutas e na sua presença física para fortificar a fraternidade escutista. Com efeito, toda a regulamentação dos Conselhos foi pré-ordenada em razão da sua realização em local físico e mediante o encontro dos conselheiros, atente-se, a título meramente exemplificativo, que os Conselhos Nacionais se devem realizar preferencialmente na zona centro e em Fátima (art.35.º, n.7, do Regulamento Geral), o que, naturalmente, importa a presença física dos conselheiros.



Ao que sabemos, como modo de obviar o perigo de difusão da covid 19 (doença causada pelo coronavírus), em algumas regiões e núcleos as mesas dos Conselhos optaram por realizar os Conselhos por via digital.

As normas que regem o Corpo Nacional de Escutas são omissas no que concerne à possibilidade da realização de Conselhos por via digital. Porém, o atual quadro social de pandemia e outros possíveis quadros de risco elevado decorrente da presença física de conselheiros e a falta de autorização das autoridades de saúde para a realização de Conselhos presenciais, importa que a realização de Conselhos não presenciais, deveria estar regulamentada. Estamos, pois, perante uma lacuna uma vez que as normas jurídicas do Corpo Nacional de Escutas não regem, devendo fazê-lo, a existência de Conselhos por via digital.

As lacunas são preenchidas por recurso à norma que regula caso análogo ou, inexistindo, à norma que o próprio intérprete criaria se legislasse dentro do espírito do sistema. Inexistindo, como nos parece ser o caso, norma que regule caso análogo nos Estatutos e no Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, deverá ser pensada norma que respeite e integre o sistema jurídico-valorativo do Corpo Nacional de Escutas.

Propondo a nossa Associação um modelo educativo que passa pela plena assunção da qualidade de cidadão, no exercício de direitos e no cumprimento dos deveres inerentes a tal estatuto, em termos tais que “o Escuta é filho de Portugal e bom cidadão”, e assumindo que nos regemos, também, pelas leis civis (cfr. arts.3.º e 1.º do Regulamento Geral), resulta óbvio e sem margem para discussão que o Corpo Nacional de Escutas cumpre e convida os seus membros a cumprirem as leis da República. Logo, a realização de conselhos tem não só de cumprir as determinações das competentes autoridades de saúde, como de contribuir de forma ativa para a não transmissão da doença covid 19.

A compatibilização destas exigências com a necessidade de realização de conselhos, deve ser alcançada por um exercício de concordância prática que conduza a realização dos Conselhos em moldes que sejam respeitadas as determinações das autoridades de saúde e evitado o perigo de contágio da covid 19. Entendemos que o preenchimento da lacuna acima verificada, realiza-se pela admissibilidade da



realização de conselhos por via digital, uma vez que tal possibilidade harmoniza os dois polos da equação, respeitando a realização dos conselhos com as exigências legais e limita o perigo de contágio.

Porém, a realização de Conselhos por via digital obedece a estritos critérios de necessidade e de proporcionalidade por forma a não transformar em habitual, uma possibilidade que assume natureza absolutamente excecional. Só no caso das autoridades de saúde negarem a autorização para a realização dos Conselhos é que as mesas adquirem legitimidade para convocar os Conselhos por via digital. Em situações de normalidade da vida social, em que a lei da República não exige autorização das autoridades de saúde para a realização dos Conselhos, os mesmos são, obrigatoriamente, presenciais.

Temos de concluir do mesmo modo em relação à primeira das questões que nos são dirigidas. Sem embargo dos Estatutos e do Regulamento Geral não preverem expressamente tal possibilidade, a Mesa do Conselho pode determinar a prática de todos os atos tendentes à convocação do Conselho (cfr. art.35.º n.5 al. a) do Regulamento Geral no que concerne aos Conselhos Nacionais, mas aplicável a todos os Conselhos). Neste poder de ordenar os atos tendentes à convocação dos Conselhos, estão incluídos todos os procedimentos que, por livre deliberação dos membros da Mesa, sejam necessários à boa realização da convocação e dos trabalhos.

Assim, a realização de pré-inscrições, quando ocorra por determinação da respetiva Mesa, é legítima em face do Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, aliás foi realizada no último Conselho Nacional de Representantes.

A realização de conselhos, em qualquer dos quatro níveis em que o Corpo Nacional de Escutas em modo digital, bem como a existência de pré-inscrições para participação nos conselhos, não pode, todavia, atentar contra os mais elementares e relevantes princípios que enformam a nossa associação, como são o princípio democrático e o direito de participar de forma ativa na vida do Corpo Nacional de Escutas.

Todos os conselheiros têm de ter a mesma oportunidade de participação e não é legítimo por qualquer ato da Mesa do conselho limitar um direito que é concedido pelas normas em vigor no Corpo Nacional



de Escutas. Um ato administrativo não é idóneo a limitar de forma geral e abstrata os direitos dos dirigentes e caminheiros da nossa Associação.

O princípio democrático e o direito/dever de participar em Conselhos não estão na discricionariedade das Mesas dos Conselhos, eles decorrem das normas que regem a nossa Associação e não são suscetíveis de limitação por mero ato de vontade – ainda que bem-intencionada – das Mesas dos Conselhos. A possibilidade das Mesas dos Conselhos determinarem um número de conselheiros a participar nos conselhos viola de forma frontal e grosseira os princípios e os valores do Corpo Nacional de Escutas.

Logo, no caso de se apresentarem a Conselho mais conselheiros que os permitidos pelas autoridades de saúde, a mesa deve tomar uma de duas opções: designa a realização do Conselho por modo digital ou remarca o Conselho para outro dia em local compatível com o número de conselheiros.

Havendo pré-inscrições, os conselheiros que não cumpriam tal obrigação não devem ser impedidos de participar no Conselho.

Outra necessidade se retira do princípio democrático e do direito/dever de participação activa dos conselheiros nos diversos Conselhos. A Mesa tem a obrigação de garantir o controlo dos procedimentos de aprovação das propostas tal como ocorreria se o conselho fosse presencial. Assim, cada conselheiro tem de saber como foi o seu voto valorado (contra, a favor ou abstenção) e cada conselheiro tem o direito de saber como votaram os demais conselheiros. A Mesa tem de encontrar meio de possibilitar a cada conselheiro saber o seu sentido de voto e, bem assim, o sentido de voto de cada um dos outros conselheiros.

Quando a votação for secreta a mesa tem o dever de garantir que a contagem dos votos é fidedigna e garantir que os conselheiros conhecem o modo como é realizado todo o procedimento da votação por forma a sua transparência e aceitação.

Naturalmente, não é incumbência do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional indicar os meios pelos quais os referidos procedimentos e controlos podem ser realizados, mesmo porque as Mesas poderão encontrar diferentes métodos, todos eles legítimos, desde que permitam os objetivos enunciados.

4. CONCLUSÕES.

Em face do quadro factual e normativo acima enunciado formulam-se as seguintes conclusões:

- a) Os Estatutos e o Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas não preveem a realização de Conselhos que não sejam presenciais;
- b) O atual quadro social de pandemia e outros possíveis quadros de risco elevado decorrente da presença física de conselheiros importa que a realização de Conselhos não presenciais, deveria estar regulamentada;
- c) Estamos, pois, perante uma lacuna, que deve ser preenchida por recurso a norma que regula caso análogo ou, inexistindo, à norma que o próprio intérprete criaria se legislasse dentro do espírito do sistema;
- d) Inexistindo, como nos parece ser o caso, norma que regule caso análogo nos Estatutos e no Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, deverá ser pensada norma que respeite o sistema valorativo do Corpo Nacional de Escutas;
- e) A nossa Associação propõe um modelo educativo que passa pela plena assunção da qualidade de cidadão “o Escuta é filho de Portugal e bom cidadão”, e assumindo que nos regemos, também, pelas leis civis, resulta claro que o Corpo Nacional de Escutas cumpre e convida os seus membros a cumprirem as leis da República;
- f) A realização de Conselhos tem não só de cumprir as determinações das competentes autoridades de saúde, como de contribuir de forma ativa para a não transmissão da doença covid 19;

- g) Entendemos que o preenchimento da lacuna verificada realiza-se pela admissibilidade da realização de Conselhos por via digital, uma vez que tal possibilidade harmoniza a realização dos Conselhos com as exigências legais e obvia o perigo de contágio;
- h) A excecionalidade da realização de Conselhos por via digital, importa um juízo positivo de necessidade, ou seja só quando a autoridade de saúde nega a autorização para a realização do Conselho presencial, é que a mesa pode determinar que o conselho se realize por meio digital;
- i) A Mesa do conselho pode determinar a prática de todos os atos tendentes à convocação do Conselho, neste poder se incluindo todos os procedimentos que, por livre deliberação dos membros da Mesa, sejam necessários à boa realização da convocação e dos trabalhos;
- j) A realização de pré-inscrições, quando ocorra por determinação da respetiva Mesa, é legítima em face do Regulamento Geral do Corpo Nacional de Escutas, aliás foi realizada no último Conselho Nacional de Representantes;
- k) A realização de Conselhos em modo digital, bem como a existência de pré-inscrições para participação nos Conselhos, não pode, todavia, atentar contra os mais elementares e relevantes princípios que enformam a nossa associação, como são o princípio democrático e o direito de participar de forma ativa na vida do Corpo Nacional de Escutas;
- l) Todos os conselheiros têm de ter a mesma oportunidade de participação e não é legítimo por qualquer ato da Mesa do Conselho limitar um direito que é concedido pelas normas em vigor no Corpo Nacional de Escutas;
- m) O princípio democrático e o direito/dever de participar em Conselhos não estão na discricionariedade das Mesas dos Conselhos, eles decorrem das normas que regem a nossa Associação e não são suscetíveis de limitação por mero ato de vontade – ainda que bem-intencionada – das Mesas dos Conselhos;

- n) Logo, no caso de se apresentarem a Conselho mais conselheiros que os permitidos pelas autoridades de saúde, a mesa deve tomar uma de duas opções: designa a realização do Conselho por modo digital ou remarca o Conselho para outro dia em local compatível com o número de conselheiros;
- o) Havendo pré-inscrições, os conselheiros que não cumpriram tal obrigação não devem ser impedidos de participar no conselho;
- p) Em conselhos realizados por via digital, a Mesa tem de garantir que cada conselheiro tem a possibilidade de saber como o seu voto foi valorado (contra, a favor ou abstenção) e também o direito de saber como votaram os demais conselheiros;
- q) Quando a votação for secreta a mesa tem o Dever de garantir que a contagem dos votos é fidedigna e garantir que os conselheiros conhecem o modo como é realizado todo o procedimento da votação.

Este é, pois, o nosso parecer e o que nos cumpre declarar em razão das questões que nos foram presentes.

Lisboa, Sede Nacional, 15 de novembro de 2020

O Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional:

António Joaquim Fernandes Cerqueira (Presidente)
António Manuel Ferreira Ventinhas (Vice-Presidente)
Silvério Cabrita Silva da Conceição (Secretário)
José Joaquim Monteiro Ramos (Vogal)
Joana Vasconcelos Teixeira (Vogal)

